

INFORME RIG

Relações
Institucionais e
Governamentais

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL
SEMANA 21/11 a 25/11/2022



CENÁRIO

Nesta semana as atividades legislativas estão intensas, com reuniões de comissões e sessões em plenário agendadas durante toda a semana. É importante ressaltar que, com o início dos jogos da Copa do Mundo de Futebol na FIFA, no Catar, neste domingo (20), nos dias da semana em que ocorrerem jogos do Brasil, é possível que as atividades no Congresso Nacional sejam suspensas.

Dentre as atividades de interesse do setor, destacamos a sessão especial em comemoração ao Dia Internacional do Empresário Júnior, que acontecerá na manhã de terça-feira (22), com início previsto para as 9h, no Plenário do Senado Federal. O pedido para a realização da sessão foi feito pelo Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). A equipe de RIG da CDL Jovem e da CNDL acompanhará a agenda e ressalta a importância do reconhecimento e desenvolvimento de ações de voltadas ao fomento do empreendedorismo jovem.

Na pauta do Plenário da Câmara dos Deputados destacamos o PL 1202/2007, que regulamenta a atividade de “lobby” e a atuação dos grupos de interesse assemelhados. Até então, a regulamentação da atividade tramitava em regime de urgência a partir do PL 4391/2021, de autoria do Poder Executivo, que foi apensado no início de novembro ao PL 1202/2007, de autoria do Deputado Carlos Zarattoni (PT/SP). Ambos os projetos buscam o esclarecimento mais preciso acerca da representação privada de interesses.

Na pauta da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) destacamos o requerimento para realização de audiência pública a fim de debater o PLP 178/2021, que institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias. O texto do projeto, de autoria do Deputado Efraim Filho (UNIÃO/PB), objetiva diminuir os custos de cumprimento de obrigações tributárias e incentivar a padronização de legislações em todos os âmbitos da

federação a partir da implementação da Nota Fiscal Brasil Eletrônica e do Registro Cadastral Unificado (RCU). Além do requerimento para audiência, o próprio projeto também se encontra em pauta para deliberação.

Ainda, novos debates acerca da tramitação da PEC da Transição do Congresso Nacional podem acontecer a fim de consolidar sua aprovação. Entregue na última quarta-feira (16), a proposta retira do teto de gastos os recursos necessários para o custeio do Auxílio Brasil, programa federal de transferência direta e indireta de renda que integra benefício de assistência social, saúde, educação e emprego para famílias em situação de pobreza. O programa foi instituído em outubro de 2021, pelo atual Presidente, Jair Bolsonaro, em substituição ao Programa Bolsa Família, instituído pelo Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2003. A PEC volta atrás desta substituição. Ademais, medidas nas áreas da saúde, educação e investimentos também foram retiradas do teto de gastos.

PAUTA DO CONGRESSO NACIONAL

Não foram identificados eventos de interesse até o fechamento deste informe.

PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

TERÇA-FEIRA (22)

Plenário | CD

13h55 – Sessão Deliberativa

PL nº 1202/2007 – “Disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.”

Autor: Deputado Carlos Zarattini (PT/SP)

Relator: Deputado Lafayette de Andrada (REPUBLIC/MG)

Posicionamento: Acompanhamento

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

13h – Sessão Deliberativa

PL nº 5660/2016 – "acrescenta art. 17-A à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para proibir a exigência de experiência prévia para a seleção de estagiário".

Autor: Senador Acir Gurgaz (PDT/RO)

Relator: Deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS)

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda de redação.

Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer

QUARTA-FEIRA (23)

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

9h – Sessão Deliberativa

REQ nº 33/2022 – “Requer a realização de audiência pública para discutir sobre o PL nº 6606/2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências”.

Autor: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

Posicionamento: Favorável ao requerimento

REQ nº 37/2022 – “Requer realização de audiência pública para debater o PLP 178/2021, que “Institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias e dá outras providências.””

Autor: Deputado Enio Verri (PT/PR)

Posicionamento: Favorável ao requerimento

REQ nº 64/2022 – “Requer a realização de Audiência Pública para debater e discutir as taxas de juros praticadas no Brasil”.

Autor: Deputado Júlio Cesar (REPUBLIC/DF)

Posicionamento: Favorável ao requerimento

PLP nº 329/2016 – “Altera o caput do artigo 55 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte”.

Autor: Deputado Laercio Oliveira (PP/SE)

Relator: Deputado Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Parecer: Pela não implicação da matéria em aumento ou

diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PLP 33/2020 – "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para estabelecer e disciplinar a renegociação especial extrajudicial, a renegociação especial judicial e a liquidação simplificada, e dispor sobre a falência das microempresas e das empresas de pequeno porte. "

Autor: Senador Ângelo Coronel (PSD/BA)

Relator: Deputado Marco Bertaiolli (PSD/SP)

Parecer: A proferir

Posicionamento: Favorável ao projeto

PL nº 7804/2014 – "Institui a Lei de Dados Abertos, estabelecendo o Comitê Gestor de Dados Público junto ao Ministério do Planejamento, responsável pela elaboração do Manual de Dados Abertos da Administração Pública e cria a obrigatoriedade para a disponibilização de dados abertos e de interfaces de aplicações web de forma organizada e estruturada para a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios e dá outras providências."

Autor: Deputado Pedro Paulo (PSD/RJ)

Relator: Deputado Eduardo Cury (PSDB/SP)

Parecer: Pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 7.804/2014, do Substitutivo adotado pela CCTCI, e das Subemendas nºs 1, 2 3 Adotadas pela CTASP, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária dos PLs nºs 11.118/2018, 68/2019, 624/2019, e 4.796/2019, apensados.

Posicionamento: Favorável ao projeto

PL nº 1147/2021 – “Altera a Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, para dispor sobre o tratamento de informações e dados fiscais sigilosos no âmbito da transação tributária.”

Autor: Deputado Christino Aureo (PP/RJ)

Relator: Deputado Júlio Cesar (PSD/PI)

Parecer: Pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.

Posicionamento: Acompanhamento

PLP nº 115/2021 – "Dispõe sobre a extensão do prazo de validade das certidões negativas de débito de que trata, e dá outras providências".

Autor: Deputado Mário Heringer (PDT/MG)

Relator: Deputado Luis Miranda (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do Projeto de Lei Complementar nº 115/2021, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e, no mérito, pela aprovação do PLP nº 115/2021, na forma do Substitutivo adotado pela CDEICS.

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PLP nº 178/2021 – "Institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias e dá outras providências".

Autor: Deputado Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Relator: Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/DF)

Parecer: Pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e

orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PL nº 5348/2005 – "Institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa - Pace".

Autor: Senador Paulo Octávio (PSD/DF)

Relator: Deputado Luiz Lima (PL/RJ)

Parecer: Pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.348/2005, e pela inadequação financeira e orçamentária do PL nº 5.769/2005, apensado, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 5.348/2005.

Posicionamento: Acompanhamento

PL nº 3605/2020 – "Altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, e a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para permitir a redução de taxas de juros a micro e pequenas empresas em financiamentos com base na Taxa de Longo Prazo – TLP e sua taxa de juros prefixada, especialmente enquanto durarem os efeitos sociais e econômicos da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19".

Autor: Deputado Eduardo Costa (PSD/PA)

Relator: Deputado Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Parecer: Pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.605/2020, e pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da Emenda Adotada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)

9h – Sessão Deliberativa

PL nº 1838/2020 – “Dispõe sobre a obrigatoriedade de higienizar ambientes fechados de acesso coletivo e áreas públicas e privadas, para reduzir o risco de transmissão de doenças infectocontagiosas e dá outras providências”.

Autor: Deputado Capitão Alberto Neto (PL/AM)

Relator: Deputada Carla Dickson (UNIÃO/RN)

Parecer: Pela aprovação deste e do PL 1375/2022, apensado, com substitutivo.

Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)

9h30 – Sessão Deliberativa

PL nº 1290/2022 – “Altera o Decreto-lei n., 5.452, de 01 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT) para dispor sobre a atualização dos valores de custas e emolumentos devidos no âmbito da Justiça do Trabalho”.

Autor: Tribunal Superior do Trabalho

Relator: Deputado Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo

Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer

PL nº 11101/2018 – “Cria o SESANOR - Serviço Social e de Aprendizagem dos Empregados em Serventia Notarial e de Registro e dá outras providências”.

Autor: Deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE)

Relator: Deputada Erika Kokay (PT/DF)

Parecer: Pela aprovação, com emendas

Posicionamento: Acompanhamento

PL nº 5865/2019 – "Cria o Cadastro Nacional de Entidades do Terceiro Setor".

Autor: Deputado Luiz Lima (PL/RJ)

Relator: Deputada Flávia Moraes (PDT/GO)

Parecer: Pela aprovação

Posicionamento: Acompanhamento

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

9h30 – Sessão Deliberativa

REQ nº 36/2022 – “Requer a realização de audiência pública para instruir o PL nº 3.599/2020”.

Autor: Deputado Helder Salomão (PT/ES)

Posicionamento: Favorável ao requerimento

PLP nº 151/2019 – “Altera o art. 2º, § 4º, da Lei Complementar nº 167, de 24 de abril de 2019, que "Dispõe sobre a Empresa Simples de Crédito e altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), para regulamentar a ESC e instituir o Inova Simples", para fins de vedar, em qualquer hipótese, a participação de mesma pessoa natural na constituição de uma Empresa Simples de Crédito”.

Autor: Deputado Valtenir Pereira (MDB/MT)

Relator: Deputado Zé Neto (PT/BA)

Parecer: Pela aprovação deste, e pela rejeição do PLP 200/2019, do PLP 166/2020, e do PLP 187/2020, apensados.

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PLP nº 8/2022 – “Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir, excepcionalmente, a

adesão ao Simples Nacional no mês de julho.”

Autor: Deputado Eduardo Bismark (PDT/CE)

Relator: Deputado Helder Salomão (PT/ES)

Parecer: Pela aprovação

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PLP nº 12/2022 – "Altera os arts. 3º e 16 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a adesão ao Simples Nacional no decurso do ano-calendário de 2022, e dá outras providências".

Autor: Deputado Léo Moraes (PODE/RO)

Relator: Deputado Helder Salomão (PT/ES)

Parecer: Pela aprovação

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PL nº 2064/2021 – “Dispõe sobre a criação de linhas de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte pelas instituições financeiras públicas federais”.

Autor: Deputado Marcon (PT/RS)

Relator: Deputado Otto Alencar Filho (PSD/BA)

Parecer: Pela rejeição deste, do PL 512/2022, e do PL 657/2022, apensados.

Posicionamento: Favorável ao projeto; contrário ao parecer

PL nº 10790/2018 – "Dispõe sobre a renovação da frota de veículos de transporte rodoviário de cargas de propriedade de transportadores autônomos, cooperativas, microempresas, empresas de pequeno porte ou Microempreendedores Individuais de transporte de carga".

Autor: Deputado Assis do Couto (PDT/PR)

Relator: Deputado Helder Salomão (PT/ES)

Parecer: Pela rejeição deste, do PL 11236/2018, do PL 2450/2020, e do PL 799/2021, apensados.

Posicionamento: Favorável ao projeto; contrário ao parecer

PL nº 77/2019 – “Tipifica legalmente o beneficiário final, disciplina e regula a coleta e o compartilhamento de dados sobre beneficiário final e dá outras disposições”.

Autor: Deputado Rodrigo Agostinho (PSB/SP)

Relator: Deputado Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)

Parecer: Pela rejeição deste, e do PL 248/2022, apensado.

Posicionamento: Favorável ao projeto; contrário ao parecer

PL nº 2524/2019 – “Altera a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para vedar que instituições financeiras controlem, direta ou indiretamente, gestores de bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas”.

Autor: Deputado Luiz Phillipe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Relator: Deputado Otto Alencar Filho (PSD/BA/)

Parecer: Pela rejeição

Posicionamento: Acompanhamento

PL nº 2928/2019 – “Altera as Leis nos 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, e 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para proibir o uso de micropartículas de plástico na composição de produtos cosméticos, e a fabricação, a importação, a distribuição, e a comercialização de sacolas plásticas descartáveis, bem como de utensílios plásticos descartáveis utilizados no consumo de alimentos e bebidas”.

Autor: Deputado Luiz Lima (PSL/RJ)

Relator: Deputado Josivaldo JP (PSD/MA)

Parecer: Pela rejeição deste, do PL 2460/2021, e do PL

347/2020, apensados.

Posicionamento: Contrário ao projeto; favorável ao parecer

PL nº 3599/2020 – “Regulamenta o serviço de entrega de mercadorias com o uso de bicicleta por intermédio de empresa de plataforma digital”.

Autor: Deputado Eduardo Bismark (PDT/CE)

Relator: Deputado Josivaldo JP (PSD/MA)

Parecer: Pela aprovação deste e dos apensados PL 4033/2020, PL 358/2021, e PL 4112/2020, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Viação e Transportes, com Subemenda.

Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer

PL nº 3776/2021 – “Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a obrigatoriedade da negociação coletiva e a instauração de dissídio coletivo na Justiça do Trabalho e revoga os §§ 2º e 4º do art. 3º.”

Autor: Deputado Carlos Bezerra (MDB/MT)

Relator: Deputado Helder Salomão (PT/ES)

Parecer: Pela aprovação, com Substitutivo

Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer

PL nº 1061/2022 – “Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para aprimorar as normas relativas ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe)”.

Autor: Deputado Lucio Mosquini (MDB/RO)

Relator: Deputado Otto Alencar Filho (PSD/BA)

Parecer: Pela aprovação deste, com Substitutivo, e pela rejeição do PL 2026/2022, apensado.

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)

10h – Sessão Deliberativa

PL nº 1181/2020 – "Proíbe por 12 (doze) meses as instituições financeiras e de proteção ao crédito de negativar pessoa física e jurídica inadimplente com o pagamento de obrigação contratual vencida no período de calamidade pública decretada no Brasil em decorrência da pandemia COVID-19, e dá outras providências."

Autor: Deputado AJ Albuquerque (PP/CE)

Relator: Deputado Eli Corrêa Filho (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela rejeição deste e dos PLs 4633/2020 e 1559/2022, apensados.

Posicionamento: Contrário ao projeto; favorável ao parecer

PL nº 1550/2019 – "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer a obrigatoriedade da disponibilização de cardápio em Braille por bares, lanchonetes e restaurantes".

Autor: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relator: Deputado Jorge Braz (REPUBLICANOS/RJ)

Parecer: Pela aprovação do PL 1550/2019, dos PLs nºs 134/2019, 1622/2019, 3524/2019, 5811/2019, 802/2019, 4303/2019, 2309/2019, 3912/2021 e 11068/2018, apensados, e da emenda apresentada ao substitutivo ao PL 11068/2018, apensado, com substitutivo.

Posicionamento: Contrário ao projeto, favorável ao parecer

PL nº 21/2019 – "Dispõe sobre a garantia ao consumidor da disponibilização de mecanismos de segurança alternativos aos sistemas biométricos para controle de transações"

Autor: Deputados Welinton Prado (PROS/MG) e Aliel Machado (PV/PR)

Relator: Deputado Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)

Parecer: Pela aprovação do PL 21/2019, com substitutivo, e pela rejeição do PL 4132/2020, apensado.

Posicionamento:

PL nº 708/2020 – "Altera o artigo 52 do Código de Defesa do Consumidor".

Autor: Deputados Talíria Petrone (PSOL/RJ) e Glauber Braga (PSOL/RJ)

Relator: Deputado Gilson Marques (NOVO/SC)

Parecer: Pela rejeição do PL 708/2020, e do PL 350/2022, apensado.

Posicionamento: Contrário ao projeto; favorável ao parecer

PL nº 895/2021 – "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estabelecer medidas para a proteção do consumidor em situação de vulnerabilidade".

Autor: Deputado Eduardo Bismarck (PDT/CE)

Relator: Deputado Celso Russomanno (REPUBLIC/SP)

Parecer: Pela aprovação, nos termos do substitutivo

PL nº 2489/2021 – "Altera o Código de Defesa do Consumidor para prever a facilitação da defesa do consumidor, inclusive com a inversão do ônus da prova, na esfera administrativa"

Autor: Deputada Greyce Elias (AVANTE/MG)

Relator: Deputado Celso Russomanno (REPUBLIC/SP)

Parecer: Pela aprovação, com emenda

Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer

PL nº 4403/2021 – "Acresce dispositivo à Lei N° 8.078, de 11 de dezembro de 1990, para dispor alternativa à prestação impressa de informações relativas a produtos ou serviços".

Relator: Deputado Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS/PE)

Parecer: Pela aprovação

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PL nº 1170/2022 – "Revoga a Lei nº 12.291, de 20 de julho de 2010, que "Torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços"".

Autor: Deputado Guiga Peixoto (PSC/SP)

Relator: Deputado Nereu Crispim (PSD/RS)

Parecer: Pela aprovação

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PAUTA DO SENADO FEDERAL

TERÇA-FEIRA (22)

Plenário | SF

9h – Sessão Especial

Comemoração do Dia Internacional do Empresário Júnior

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

9h – Sessão Deliberativa

PLP nº 127/2021 – Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte".

Autor: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relator: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatório: Favorável ao projeto com quatro emendas de redação apresentadas

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR (CTFC)

14h30 – Sessão Deliberativa

REQ nº 56/2022 – Requer que na Audiência Pública objeto do RQS 18/2022, com o objetivo de instruir o PL 2842/2021, que “estabelece critérios para configuração de relação de emprego a trabalhadores que realizam atividades por meios de aplicativos, bem como estabelece normas protetivas ao consumidor” seja incluído o seguinte convidado: a Senhora Vanessa Cardone, Gerente de Grupo de Trabalho - Relações Laborais e Sindicais - BRASSCOM.

Autor: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Posicionamento: Favorável ao requerimento

PLS nº 68/2013 – Altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor.

Autor: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relator: Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL)

Relatório: Pela aprovação com duas emendas e pela rejeição das emendas 1 e 2 CCJ

Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer

PLS nº 374/2017 – “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor.”

Autor: Senadora Kátia Abreu (MDB/TO)

Relator: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Relatório: Pela aprovação

Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer

PLC nº 5544/2019 – “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato.”

Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relator: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatório: Pela aprovação

Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer

AGENDA DA SEMANA

ESTADOS

SEMANA 21/11 A 25/11/2022



AGENDA LEGISLATIVA DA SEMANA

TERÇA-FEIRA (22)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO

COMISSÃO DE DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS

13h – Sessão Deliberativa

PL nº 543/2020 – Do Dep. Marcos Garcia (PP), dispõe sobre a necessidade dos prestadores de serviço informar antecipadamente ao consumidor o fim dos prazos ou vigência dos descontos, promoções ou vantagens temporárias. O parecer do relator, Dep. Alexandre Xambinho (PSC), é favorável.

Impacto: Neutro

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO

15h – Sessão Plenária | Deliberativa – Sessão de vetos

VETO PARCIAL ao PL nº 6085/2022 – De autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre os emolumentos dos serviços notariais e de registros no âmbito do estado do rio de janeiro e altera as leis estaduais n.º 3.001/1998, 3.350/1999, 6.281/2012 e 6.370/2012 com o escopo de simplificação, racionalização e normatização de inovações decorrentes da crescente informatização dos serviços extrajudiciais. O projeto aguarda parecer da comissão de Emendas Constitucionais e Vetos no Plenário.

DESTAQUES DA SEMANA ANTERIOR

PROJETOS IMPORTANTES

GOIÁS

PL nº 313/2020

Altera a lei nº 16.606, de 23 de junho de 2009, que dispõe sobre a proibição da operação de serviço de "telemarketing" fora do horário comercial e dá outras providências.

Impacto: Negativo

Situação: O projeto foi retirado de tramitação a pedido do autor

SÃO PAULO

PL nº 596/2022 (Defesa do consumidor)

Altera a Lei nº 9.192, de 23 de novembro de 1995, que instituiu a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON

Impacto: Positivo

Situação: Designado como relator na CCJ, o dep. Marcos Zerbini (PSDB).

INFORMAÇÕES

André Pellizzaro

(11) 3549 6800 ramal 8885

Bianca Robles

(11) 3549 6800 ramal 6277 | (11) 98257-4403

Karoline Lima Santos Pereira

(61) 3213 2000 ramal 2095 | (11) 98819-0387

Marco Antônio Corradi

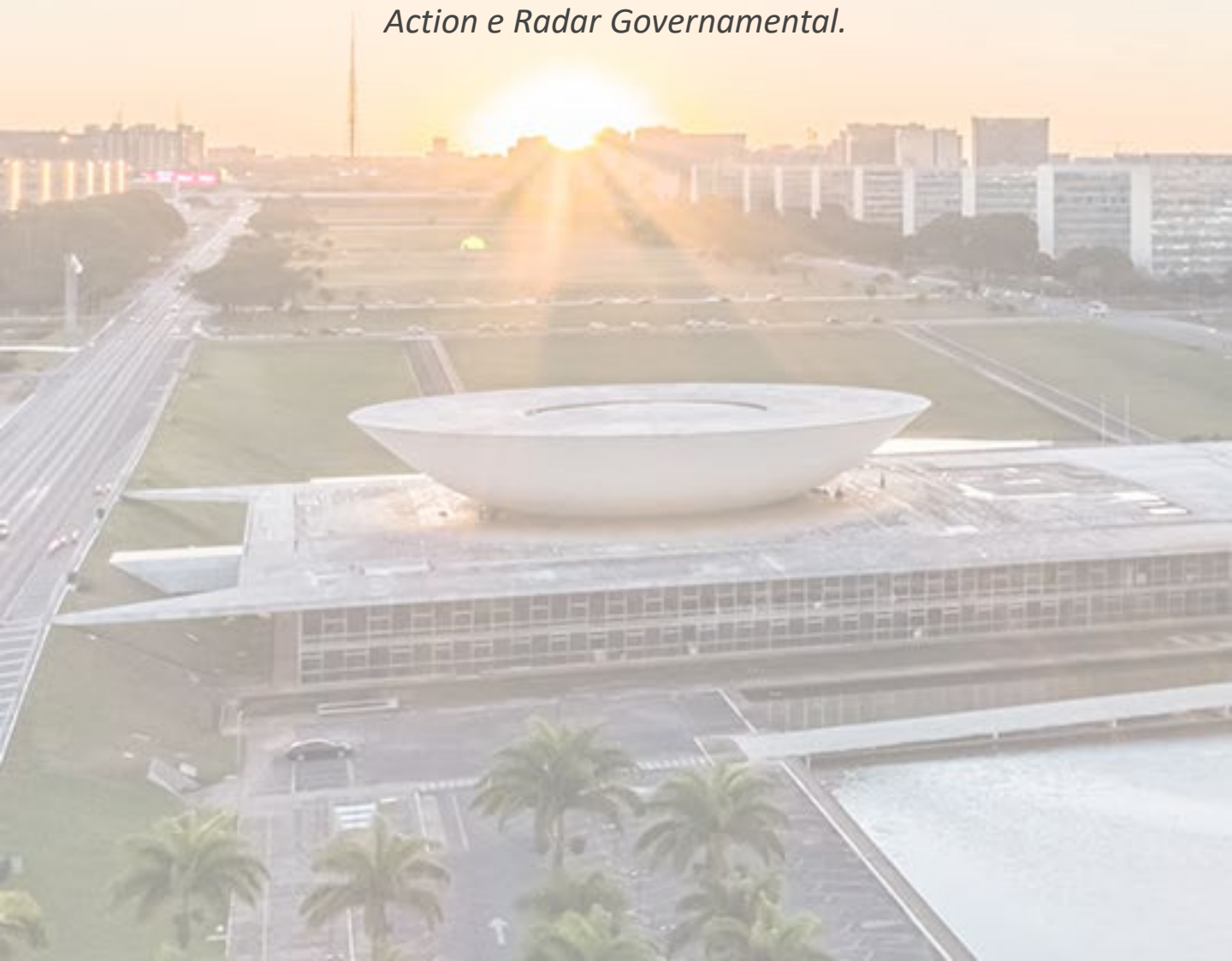
(61) 3213 2000 | (37) 98405-1313

Mickaella Soares

(61) 3213 2000

E-mails: rig@spcbrasil.org.br | rig@cndl.org.br

*Com informações da Câmara e Senado Federal. Consultorias Vector,
Action e Radar Governamental.*



INFORME

RIG

Relações
Institucionais e
Governamentais

